



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0007302-12.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Pedro Kretikovski Roque, CPF 441.903.369-04 - Desacompanhado de Advogado**
 Requerido: **FRANCISCO ANTONIO PEREIRA - Desacompanhado de Advogado**

Aos 20 de outubro de 2015, às 16:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. Juiz de Direito Dr. Silvio Moura Sales**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) do réu, Srs. Célio e Fabiane. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado, e nos termos dos Provimentos de nºs. **866/2004** do Eg. Conselho Superior da Magistratura e **2304/2004** da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, **foi(ram) gravado(s) em mídia (CD)** que será arquivado em cartório, em pasta própria, à disposição das partes. Certifico mais e finalmente, que a gravação do(s) depoimento(s) teve a ciência da(s) parte(s) e respectivo(a)(s) advogado(a)(s), o(a)(s) ficou/caram ciente(s) de que na hipótese de necessidade da “degravação” do(s) referido(s) depoimento(s), será incumbência da(s) parte(s). Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, a seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: “*VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito. Sustentou o autor que na ocasião em pauta trafegava regularmente por via pública local quando foi interceptado por outro veículo, dirigido pelo réu e que saía do lugar em que estava estacionado. A situação apresentada pelo autor evidentemente atua em desfavor do réu porquanto nas condições mencionadas era deste a obrigação em ganhar acesso à via pública com o necessário cuidado para não interromper a trajetória daqueles que já estavam no local. É certo, porém, que não houve a produção de provas orais respaldando a explicação do autor. De outra parte, o réu na contestação limitou-se a procurar eximir-se da responsabilidade pelo acidente, sem declinar detalhes de como ele teria acontecido. A testemunha Célio do Nascimento Torres afirmou ter presenciado o acidente. Declarou que o réu tentava estacionar o seu automóvel e para tanto realizou manobra de marcha a ré para ato contínuo ir à frente e reunir melhor possibilidade de estacionar de forma adequada. Ressaltou que nesse momento o réu saiu em torno de 40 centímetros para fora da vaga de estacionamento e permanecia em movimento, para a frente, quando houve o embate com o automóvel do autor. Já Fabiane Cardoso Silva Torres não deu tantos detalhes quanto Célio, mas confirmou que o réu então manobrava e saiu do local próprio a vaga de estacionamento no momento da colisão. A conjugação desses elementos, aliada a ausência de outros que apontassem para outra direção, basta para estabelecer a certeza de que o réu foi o causador do acidente. Se se admitir como verdadeira a explicação do autor, essa conclusão é inarredável. Todavia, ela também se impõe mesmo diante dos depoimentos das testemunhas hoje inquiridas. Isso porque ambas deixaram claro que quando do abaloamento o réu estava com o automóvel em marcha para a frente e já fora da vaga própria para estacionamento. Tais circunstâncias denotam que ele não agiu com o cuidado que lhe seria exigível. Ainda que em manobra para estacionar tinha a obrigação de verificar o tráfego que se desenvolvia pela via pública com o propósito de mover-se para a frente, sobretudo se saísse do lugar destinado a vaga e tivesse acesso a faixa de trânsito, evitando com isso obstar a trajetória de outro veículo. Não foi isso que se deu, porém, tanto que*”



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

*sucedeu o abaloamento. Não se entrevê com clareza, de outra banda, que o autor em alguma medida tivesse incorrido em infração de trânsito para dar causa, ou ao menos contribuir, para o resultado verificado. Em consequência, tomando como demonstrada a responsabilidade do réu, sua condenação a ressarcir os prejuízos do autor é certa, até porque não houve qualquer impugnação ao documento que fundamentou o valor pleiteado pelo mesmo. Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação, para condenar o(a) requerido(a) à pagar ao(à) autor(a), a importância de **R\$ 1.300,00**, com correção monetária a partir de julho de 2015 (época de elaboração do orçamento de fls. 05), e juros legais desde a citação. Com o trânsito em julgado terá início do prazo de 15 (quinze) dias para o réu efetuar o pagamento espontâneo da condenação, independentemente de nova intimação, sob pena ser acrescida a multa de 10% sobre o montante devido (art. 475-J do CPC), mas deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*

Requerente(s):

Requerido(s):

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA